



EDUCAÇÃO PÚBLICA E PESQUISA: ATAQUES, LUTAS E RESISTÊNCIAS

Universidade Federal Fluminense
20 a 24 de Outubro de 2019
Niterói - RJ

ISSN 2447-2808

5084 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)
GT05 - Estado e Política Educacional

REDES DE INFLUÊNCIA NA AGENDA NEOLIBERAL E NEOCONSERVADORA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA
Simone Gonçalves da Silva - UFPel - Universidade Federal de Pelotas
Iana Gomes de Lima - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Alvaro Luiz Moreira Hypolito - Universidade Federal de Pelotas
Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

REDES DE INFLUÊNCIA NA AGENDA NEOLIBERAL E NEOCONSERVADORA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Resumo

O artigo discute a noção de governança e redes de influência na política educacional brasileira, por meio de pesquisa sobre o Movimento Escola Sem Partido e o Movimento pela Base Nacional Comum, que afirmam promover estratégias para supostas melhorias educacionais. Procura-se analisar a relação dos atores envolvidos nesses dois movimentos e suas demandas neoliberais e neoconservadoras para as reformas educativas. A pesquisa baseia-se na abordagem de análise de redes e na etnografia de rede, proposta por Ball, a partir de dados e materiais dos próprios sítios de divulgação do ESP e do MBNC. A discussão procura evidenciar o modo como esses atores não estatais atuam no espaço público, articulados em rede, e quais suas proposições para os sistemas educativos com uma agenda educacional neoliberal e neoconservadora.

Palavras-chave: Redes políticas; Neoliberalismo; Neoconservadorismo.

Considerações iniciais

Este texto tem como objetivo apresentar redes de atores que compõem o movimento Escola sem Partido (ESP) e o Movimento pela Base Nacional Comum (MBNC), a fim de analisar algumas de suas demandas liberais bem como conservadoras para as políticas educativas. Para tanto, inicialmente, a partir de estudos de Stephen Ball (2012; 2013; 2014), traz-se o conceito de governança, útil para compreender o surgimento de novos atores no campo das políticas educativas. Após, apresenta-se os conceitos de neoliberalismo e neoconservadorismo como parte da análise das redes abordadas neste trabalho. Na sequência, traz-se a metodologia utilizada, que tem como substrato o conceito de governança. Por fim, as redes do ESP e da MBNC são apresentadas para uma análise das relações com o neoconservadorismo e o neoliberalismo.

Governança

A noção de governança mostra-se apropriada para uma discussão sobre as políticas públicas de educação. Entende-se governança como um modelo de governo que envolve modos, processos, atores e instrumentos com diferentes interesses na gestão pública, articulados com características do neoliberalismo. Seu uso permite uma compreensão do aparecimento e do processo de legitimação de novos atores sociais presentes no contexto atual – parcerias público-privadas, novas filantropias, corporações internacionais, empreendedores sociais, acadêmicos, setor midiático, ONGs, fundações de caridade, fundações sem fins lucrativos, *think tanks*^[1], consultores privados e empresas especializadas em conhecimento para formulação de políticas e organismos internacionais, como Banco Mundial e OCDE. A prestação de serviços educacionais e o surgimento de novas formas de governança em rede ganham força, como contribuintes para uma suposta superação da crise na educação pública, com a articulação de uma série de soluções gerencialistas para a educação.

Nesse sentido, a governança aparece como uma nova configuração de Estado, em que não ocorre uma negação do exercício de Estado na condução das políticas, mas acontece um deslocamento nas formas de governar, emerge “uma nova modalidade de poder público, agência e ação social e, na verdade, uma nova forma de Estado” (BALL, 2013, p.180). O Estado aparece como um exercício de governo “por meio de uma manipulação estudada das condições e possibilidades sob as quais as redes operam e do uso cuidadoso, estratégico, de controles financeiros e alocação de recursos” (BALL, 2013, p.188).

Essa nova configuração do Estado, o modelo de governança, está articulada ao neoliberalismo, com o aparente enxugamento do Estado e o aparente fortalecimento da sociedade civil. A sociedade civil, ou parte dela, passa a ser

representada pelo setor público não-estatal, pelas organizações não-governamentais, pelas instituições filantrópicas e comunitárias e agências internacionais e outras associações similares, na resolução de problemas da sociedade, tendo um setor estatal como forma de gerir menos regulatória e centralizada.

A governança, como nova capacidade de governar, amplia a ação do Estado, com outras relações estabelecidas em redes políticas como a melhor maneira dos atores sociais estabelecerem relações para ganhar força e legitimidade nas responsabilidades sociais e práticas de governo. Como coloca Ball “nova forma de governança ‘experimental’ e ‘estratégica’ baseada em relações de rede, dentro e por meio de novas comunidades políticas, destinadas a gerar nova capacidade de governar e aumentar a legitimidade” (2013, p.180).

A governança tem como objetivos “o envolvimento de cidadãos na construção de políticas, fazendo uso de mecanismos de democracia deliberativa e redes de políticas públicas” (SECCHI; 2009 p. 360). Assim, a governança estabelece outra relação do Estado com o setor público, com a utilização das parcerias público-privadas e formas que passam a incorporar processos de privatização: endógena, que se refere à prestação de serviços públicos com base nos modelos empresariais de gestão do setor privado, a fim de tornar as organizações estatais mais eficientes e empresariais; exógena, que se refere à substituição da prestação dos serviços públicos pelo setor privado, por meio de contratos, com a substituição de organizações estatais por fornecedores privados, organizações voluntárias ou empresas sociais (BALL, 2001; 2005; 2013).

Esse novo modo de governo altera a forma como o Estado investe em educação. As formulações de políticas educacionais funcionam mais para monitorar e contratar os serviços por intermédio de resultados do que efetivamente distribuir o serviço. A proposta gerencial pressupõe que os sistemas educativos devem ser eficientes e com maior desempenho a partir da perspectiva de redução de gastos no setor público, com parcerias entre o setor público e o privado, que cada vez mais interferem na orientação das políticas educacionais.

Nesse contexto de reorganização da administração do Estado, caracterizado como redes de governança, alicerçadas nos pressupostos do neoliberalismo, parece sustentar o estabelecimento de relações na condução da reforma educacional. A proliferação desses discursos interessados nos problemas educacionais emerge das redes globais de influência, cada vez mais preocupadas com um acordo global^[2]. Os estados nacionais passam a discutir a construção de políticas educativas que, de fato, são convergentes. As reformas administrativas e seus discursos passam a instituir uma educação escolarizada como necessidade de mudança, que passa a justificar o empreendimento das políticas educacionais, o que tem demandado o aparecimento de novos atores não-Estatais e apresentam demandas liberais e conservadoras para a constituição de uma agenda educacional.

Neoliberalismo e neoconservadorismo - a Modernização Conservadora

Na seção anterior, apresentou-se o conceito de governança para tentar compreender como novos agentes que não compunham as comunidades políticas estão presentes nas reformas atuais. Há que se entender como esses novos atores e suas agendas se relacionam com interesses do neoliberalismo e do neoconservadorismo, para uma análise das redes apresentadas na sequência.

De acordo com Apple (2000), neoliberais e neoconservadores constituem aquilo que ele e outros autores (CLARKE; NEWMAN, 1997; AFONSO, 1998) chamam de Nova Direita, uma aliança constituída por quatro grupos: neoliberais, neoconservadores, populistas-autoritários e nova classe média profissional. Esta aliança tem trazido à cena pressupostos e projetos conservadores em várias áreas, dentre elas, a educação.

Para Apple (2000), os neoliberais lideram a Nova Direita e representam o grupo que se preocupa com a orientação político-econômica atrelada à noção de mercado. Os neoconservadores são aqueles que definem os valores do passado como melhores que os atuais e lutam pelas “tradições culturais”. Os populistas-autoritários são, em geral, grupos de classe média e de classe trabalhadora que desconfiam do Estado e se preocupam com a segurança, a família, o verdadeiro conhecimento e os valores tradicionais. Em outro texto, Apple (2013) afirma que os populistas-autoritários são formados hegemonicamente por grupos evangélicos. Por fim, o grupo constituído pela nova classe média profissional está preocupado com a mobilidade social e “pode não concordar totalmente com esses outros grupos, mas [...] [seus] interesses profissionais e progresso dependem da expansão de sistemas de prestação de contas, da busca da eficiência e de procedimentos gerenciais [...]” (APPLE, 2000, p.32). Aqui, a intenção maior é trazer à cena os grupos neoliberais e os neoconservadores. Contudo, no cenário educacional brasileiro, aquilo que Apple (2000) chama de populistas-autoritários tem conquistado um importante espaço como formuladores de políticas, embora muitas vezes chamados de neoconservadores. Assim, há alianças entre neoliberais e neoconservadores, alianças com os fundamentalistas religiosos populistas e autoritários e os evangélicos conservadores (APPLE, 2003), aliança que o autor denomina Modernização Conservadora.

Os populistas-autoritários, segundo Apple, baseiam suas posições sobre educação e política social em certas visões da autoridade bíblica, como a “moralidade cristã”, os papéis de gênero e a família. Afirma que a plataforma dos populistas-autoritários inclui questões relativas a gênero, sexualidade, família e sobre o que deve ser o saber legítimo nas escolas (APPLE, 2003, p.67). Nos Estados Unidos, este grupo tem feito pressão sobre as editoras de livros didáticos para mudar conteúdos e aspectos importantes da política educacional. Outro exemplo de pauta educacional dos populistas-autoritários é a educação de seus filhos em casa (APPLE, 2013). O ensino domiciliar (*home schooling*) é baseado na premissa de que a interferência do Estado na vida da família representa um perigo e tem relação com o medo do multiculturalismo que, na perspectiva dos populistas-autoritários, representa outro perigo, já que seus filhos são obrigados a conviver com o “diferente” e, muitas vezes, o “imoral”.^[3]

No Brasil, as ideias desses grupos se fazem presentes. Miguel (2016) traz importantes contribuições sobre o crescimento das ideias conservadoras no contexto brasileiro. Miguel (2016) afirma que, atualmente,

[...] é perceptível uma significativa presença de discursos em que a desigualdade é exaltada como corolário da “meritocracia” e em que tentativas de desfazer hierarquias tradicionais são enquadradas como crime de lesa-natureza. Nestes discursos, também ganha uma nova legitimidade a velha ideia dos direitos humanos como uma fórmula que concede proteção indevida a pessoas com comportamento antissocial. (MIGUEL, 2016, p. 592).

A presença de uma onda conservadora ficou ainda mais evidente nas eleições presidenciais de 2018, quando alguns candidatos traziam, em suas agendas eleitorais, discursos contra os direitos das minorias, a ideia de Deus como verdade e uma crítica àquilo que denominam “ideologia de gênero” [4].

O objetivo é indicar que, no Brasil, essa agenda educacional neoliberal e neoconservadora vem crescendo de forma articulada, o que se tentará demonstrar nas redes apresentadas no próximo subitem.

Etnografia de redes - metodologia

A discussão até aqui procurou compreender o neoconservadorismo e o neoliberalismo e suas relações com o campo educacional. Esta aliança tem influência na formulação das reformas e políticas educacionais no contexto brasileiro, o que tentamos melhor compreender com a noção de governança, bem como por meio da investigação das redes de influência e da etnografia de redes.

A pesquisa toma como objeto empírico o movimento Escola Sem Partido e o Movimento pela Base Nacional Comum como forma de investigar as redes políticas e as novas governanças no cenário educativo. Ao mesmo tempo, há a intenção de identificar elementos da relação entre o público e o privado e o aparecimento dos novos atores na educação. Em um segundo movimento, busca-se entender como esses atores estabelecem relações e passam a constituir redes de governança com o objetivo produzir estratégias para os problemas educacionais no cenário educacional brasileiro. A escolha do material empírico se baseou nos documentos de políticas formais e informais, em textos publicados na imprensa digital, nas plataformas digitais do MBNC, do ESP, de instituições e de fundações que têm atuado no processo de formulação de políticas educacionais.

Após os dados gerados a partir deste levantamento, utiliza-se a abordagem da análise de redes sociais para mostrar alguns atores e relações entre si, como redes políticas, como nova governança educacional. O enfoque teórico-metodológico que sustenta esta pesquisa busca compreender governança como práticas, relações de poder e conhecimentos para governar. A análise de redes políticas como procedimento e ferramenta teórica de análise de suas relações de poder é vista como um método etnográfico, em desenvolvimento como instrumento conceitual e analítico para compreensão das relações de poder, utilizado como método de pesquisa por Stephen J. Ball (2012; 2013; 2014). A pesquisa envolve o mapeamento, capturas, questionamentos dos movimentos, mobilizações, fluxos, relações e interações para fazer funcionar a política nessas redes - aqui precariamente analisada em virtude do espaço do texto. A etnografia de rede permite a demonstração de redes que unem os atores e organizações nacionais e internacionais envolvidos na elaboração e difusão políticas. Permite localizar processos de disseminação e circulação de conhecimento político e lugares e espaços onde são mobilizados e montados - participação de eventos, encontros, reuniões, difusão de informação-mídia.

A utilização de rede como um dispositivo analítico para pesquisar relações de governança pode se dar na pesquisa e análise de redes com auxílio do software livre *Gephi* [5], que permite a manipulação de dados no sistema e gera grafos. Para o campo das políticas educacionais, a utilização de redes é uma ferramenta teórico-metodológica potente para se analisar governança. Para Ball “as redes políticas constituem uma forma de governança, embora não de uma forma única e coerente, e colocam em jogo, no processo de políticas, novas fontes de autoridades e, de fato, um mercado de autoridades”. (BALL, 2014, p.34).

O uso do método de etnografia de redes está relacionado ao conceito teórico-metodológico de governança. Apresentou-se conceitos teórico-metodológicos a partir dos quais foram construídas as redes políticas como possibilidade de compreender alguns dos novos atores que atuam *no* e *como* Estado (DALE, 2010). Entende-se que a etnografia de redes pode dar conta desta complexidade. De tal modo, na sequência, tenta-se mostrar questões teóricas de neoliberalismo e neoconservadorismo a partir da análise de redes de influências de duas políticas. A primeira delas é a rede do Escola sem Partido. A segunda consiste no Movimento pela Base Nacional Comum e a defesa da política de um currículo nacional.

A Rede do Escola sem Partido

No site do Escola sem Partido (Esp), é informado que este “é uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior”. Ademais, ESP afirma ser “uma associação informal, independente, sem fins lucrativos e sem qualquer espécie de vinculação política, ideológica ou partidária”. O objetivo do grupo é barrar “um exército organizado de militantes travestidos de professores [que] prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo”. O movimento foi fundado em 2004, pelo advogado Miguel Nagib.

A partir da metodologia anunciada, elaborou-se a rede que segue. Buscou-se identificar quem são alguns dos atores de tais iniciativas, algumas de suas pautas, relacionando-as com pressupostos neoliberais e neoconservadores.

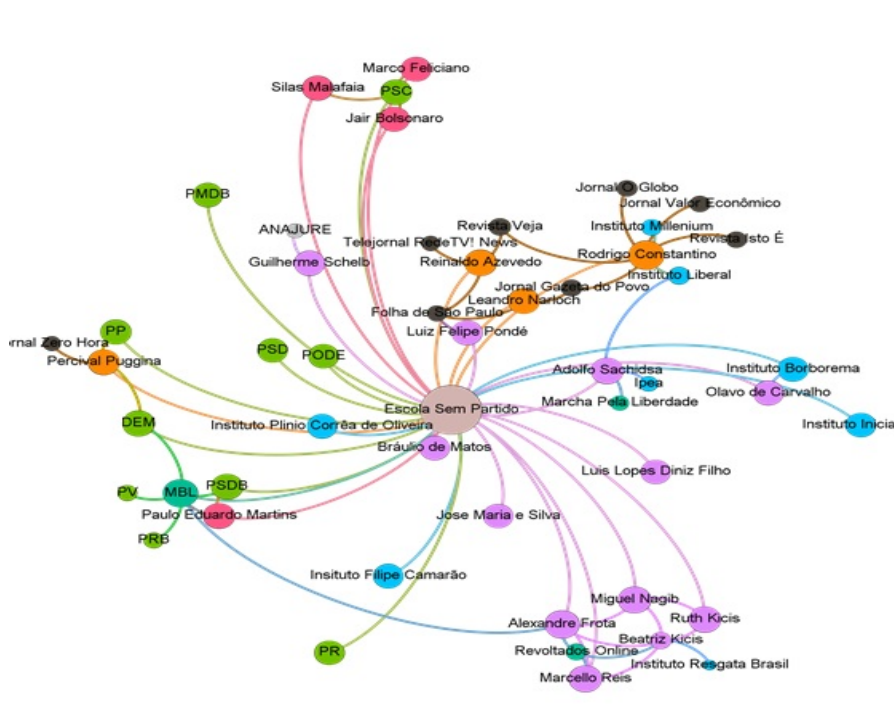
O que se pode perceber é que, inicialmente, o ESP tinha como grande pauta a doutrinação ideológica. No próprio site da iniciativa, é descrito como um dos objetivos saber o que acontece dentro de uma sala de aula. Contudo, de acordo com Miguel (2016):

O crescimento da importância do MESP [o autor utiliza-se da sigla MESP para referir-se ao Movimento Escola Sem Partido] no debate público ocorre quando seu projeto conflui para o de outra vertente da agenda conservadora: o combate à chamada “ideologia de gênero”. Antes, a ideia de uma “Escola Sem Partido” focava sobretudo no temor da “doutrinação marxista”, algo que estava presente desde o período da ditadura militar. O receio da discussão sobre os papéis de gênero cresceu com iniciativas para o combate à homofobia e ao sexismo nas escolas e foi encampado como bandeira prioritária pelos grupos religiosos conservadores. Ao fundi-lo à sua pauta original, o MESP transferiu a discussão para um terreno aparentemente “moral” (em contraposição a “político”) e passou a enquadrá-la nos termos de uma disputa entre escolarização e autoridade da família sobre as crianças. (MIGUEL, 2016, p. 595-596).

Em uma breve análise na página do *Facebook* do ESP, é possível perceber que as duas grandes pautas são a doutrinação ideológica política e a doutrinação de ideologia de gênero.

Feita esta breve descrição do ESP, apresenta-se, agora, a rede do ESP, realizada a partir da metodologia proposta, com o objetivo de identificar quem são os atores desta iniciativa, quais relações há entre a pauta de alguns atores com as características neoconservadoras e neoliberais.

Gephi (Grafo I) - Composição da Rede do Movimento Escola Sem Partido



Neste trabalho, não se fará uma descrição detalhada de todos os atores da rede (Grafo I). O que se quer chamar a atenção é que muitos dos atores aqui presentes possuem uma pauta que se identifica com as pautas neoconservadoras e neoliberais.

O primeiro ator a ser apresentado é Miguel Nagib, fundador do ESP. Nagib é advogado e procurador do Estado de São Paulo. De acordo com Peroni, Caetano e Lima (2017), Miguel é proprietário do Escola Sem Partido Treinamento e Aperfeiçoamento (Eireli - ME), cuja atividade principal está ligada ao treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, e da Associação Escola Sem Partido, responsável por atividades de associações de defesa de direitos sociais. Nagib também fez parte do Instituto Millenium (que aparece na rede acima e é considerado um dos principais *think tanks* da direita brasileira) e publicou, em 2009, um artigo intitulado “Por uma escola que promova os valores do Instituto Millenium”. Atualmente, Nagib está desvinculado do Instituto Millenium, sendo que a assinatura do texto se modificou para “Comunicação Millenium” e hoje já não está mais disponível no site do Instituto (PERONI; CAETANO; LIMA, 2017). Miguel (2016) afirma que a retirada do nome de Nagib do artigo ocorreu porque é provável que se tenha percebido que a defesa de uma escola que promova os valores de determinado instituto é contraditória em relação à proposta do ESP de combate à doutrinação nas escolas.

O Instituto Millenium (Imil), de acordo com sua página, é uma entidade sem fins lucrativos e sem vinculação político-partidária com sede no Rio de Janeiro. Formado por intelectuais e empresários, o *think tank* diz promover valores e

princípios que garantem uma sociedade livre, como liberdade individual, direito de propriedade, economia de mercado, democracia representativa, Estado de Direito e limites institucionais à ação do governo^[6]. O Imil foi fundado pela economista Patrícia Carlos de Andrade, em 2005, com o nome de Instituto da Realidade Nacional, oficialmente lançado em abril de 2006, durante o Fórum da Liberdade, em Porto Alegre.

Avila (2015) afirma que entre os patrocinadores do Imil estão grandes empresas de imprensa como Grupo RBS, Estadão e Abril, o que demonstra a relação do Instituto com veículos midiáticos. Assim, pode-se depreender uma relação entre diferentes atores em torno de objetivos comuns, neste caso, a propagação de ideias do ESP, especialmente, no que tange à “doutrinação ideológica” e à “doutrinação de gênero”.

De acordo com Amaral (2015), o Instituto Millenium é o principal *think tank* da direita brasileira. Armínio Fraga (escolhido para ser ministro da Fazenda de Aécio Neves se vencesse as eleições) e Paulo Guedes, atual Ministro do governo Bolsonaro, são as figuras mais conhecidas no campo econômico. Seus mantenedores são a Gerdau, a editora Abril e a Pottencial Seguradora, uma das empresas de Salim Mattar, dono da locadora de veículos Localiza. A Suzano, o Bank of America Merrill Lynch e o grupo Évora (dos irmãos Ling) também são parceiros. William Ling participou da fundação do Instituto de Estudos Empresariais (IEE), em 1984, que, formado por jovens líderes empresariais, organiza o Fórum desde a primeira edição; seu irmão, Wiston Ling, é fundador do Instituto Liberdade do Rio Grande do Sul; o filho, Anthony Ling, é ligado ao grupo Estudantes pela Liberdade, que criou o MBL. O empresário do grupo Ultra, Hélio Beltrão, também está entre os fundadores do Millenium, embora tenha o próprio instituto, o Mises Brasil.

As pautas do Imil se aproximam daquilo que foi antes mencionado como característico do neoliberalismo. A rede do ESP está composta por atores que trazem fortemente a pauta econômica à cena. Contudo, pode-se observar que há relações entre as pautas. Rodrigo Constantino, por exemplo, que aparece na rede (nó em laranja) é formado em economia, presidente do Conselho do Instituto Liberal e membro-fundador do Instituto Millenium (IMIL). No entanto, Constantino não apenas defende ideias neoliberais, como neoconservadoras. O jornalista é um importante ator na rede do ESP por divulgar as ideias do programa em diferentes veículos midiáticos, fazendo constantes ataques às escolas públicas, aos professores e ao Partido dos Trabalhadores. Foi colunista da Veja e é colunista de importantes meios de comunicação brasileiros como os jornais “Valor Econômico”, “Gazeta do Povo” e “O Globo”. Conquistou o Prêmio Libertas no XXII Fórum da Liberdade, realizado em 2009. Tem vários livros publicados, entre eles: “Privatize Já!” e “Esquerda Caviar”.

Outro conjunto importante na rede são os institutos (nós em azul). A proliferação desses institutos está relacionada à ideia de governança, quando agentes não-estatais passam a fazer as vezes do Estado. Dentre eles, destaca-se o Instituto Borborema (IB). De acordo com o site da instituição^[7], o IB é uma associação cultural sediada em Campina Grande-PB. Fundado em 2015, o IB tem como objetivo principal o resgate da verdadeira educação e da verdadeira cultura. Miguel Nagib foi um dos convidados do IB para a I Jornada Quebra-Quilos, um congresso anual promovido pelo Instituto. Ademais, o IB Instituto promove vários cursos, sendo um deles intitulado “Introdução à Filosofia Política de Olavo de Carvalho”.^[8]

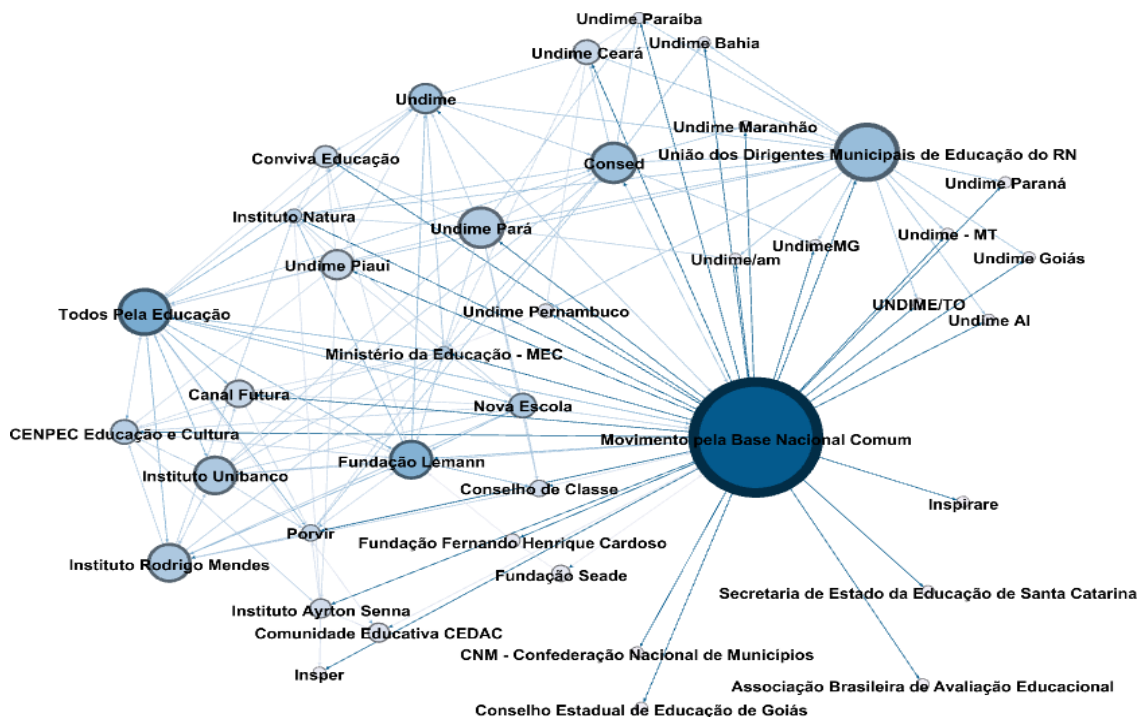
Muitos desses atores defendem o combate à “ideologia de gênero”, uma ideia neoconservadora. Esta defesa também esteve presente na BNCC. Uma análise sobre temas incluídos e excluídos da BNCC corrobora o entendimento de que há um crescimento das ideias neoconservadoras em relação à educação brasileira e uma intersecção entre as pautas e os atores do ESP e do MBNC. De acordo com Macedo (2017), a partir da divulgação da segunda versão da Base, um novo conjunto de “demandas conservadoras”, foi fortalecido. A autora afirma que tais demandas estiveram presentes em todo o processo, “mas ganharam proeminência após o impeachment de Dilma Rousseff, quando o ESP passou a ser um dos interlocutores do MEC” (p. 514). Macedo (2017) identifica quatro pautas que o ESP tem demandado em relação à BNCC: 1. separação entre espaço público e privado, transferindo a educação para o espaço privado da família, a quem caberia toda a formação moral e ética das crianças; 2. contra o viés ideológico de esquerda que sustentaria o documento apresentado à consulta pública; 3. contra a diversidade cultural nos currículos; e 4. contra a ideologia de gênero nos currículos. No entanto, não é apenas o ESP que tem proposto demandas conservadoras em relação à BNCC. A ideologia de gênero gerou grandes debates em relação à BNCC, sendo que, em sua terceira versão, aprovada em dezembro de 2017, foram retiradas quaisquer menções à questão de gênero^[9] para atender à pressão de setores conservadores, em especial dos populistas-autoritários.

Rede do Movimento pela Base Nacional Comum

Esta seção trata da política de implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e discute o aparecimento de diversos atores na constituição de redes políticas e de novas formas de governança que buscam influenciar a agenda educacional e as reformas educativas no contexto brasileiro, o que permite uma visão das redes políticas de influências no cenário brasileiro.

Para ilustrar essa discussão apresenta-se a rede do Movimento pela Base Nacional Comum (Grafo II). O movimento foi iniciado em 2013, a partir do “Seminário Internacional Liderando Reformas Educacionais, ocorrido nos EUA, organizado e patrocinado pela Fundação Lemann” (MACEDO, 2014, p. 1540). O grupo não-governamental afirma auxiliar na elaboração de uma base curricular de qualidade, defende que “a criação de uma Base serviria como ‘espinha dorsal’ para os direitos de aprendizagem de cada aluno, a formação dos professores, os recursos didáticos e as avaliações externas”. Segundo o Movimento, “o grupo promove debates, produz estudos e pesquisas com gestores, professores e alunos e investiga casos de sucesso em vários países”^[10]. O movimento auxiliou na elaboração e na formulação do currículo nacional BNCC, iniciado em 2015, com elaboração final em dezembro de 2017.

Gephi (Grafo II) - Composição da Rede do Movimento pela Base Nacional Comum



A rede do Movimento pela Base Nacional Comum (Grafo II) foi elaborada a partir da coleta dos dados com a utilização do software Netvizz, um aplicativo do Facebook, com base na Rede de Likes da “Página do Facebook - Movimento pela Base Nacional Comum”, com a importação dos dados para o software Gephi. No grafo aparecem 40 atores que estabelecem relações entre si, formando uma rede de influências, formada por pessoas e instituições que atuam na área de educação, na área de avaliação, produção de materiais didático-pedagógicos, órgãos representativos de secretarias municipais e estaduais de educação, *think tanks* bastante conhecidos no meio educacional brasileiro, fundações ligadas a grandes grupos econômicos, organizações não-governamentais, novas filantropias 3.0, MEC, Secretarias de Educação, dentre outros. Estão representados importantes atores das parcerias público-privadas, grupos neoliberais que almejam ações de mercado na educação, com fortes interesses globais econômicos no campo educacional.

A educação emerge, na visão desses grupos, como força impulsionadora na consolidação e implementação de políticas públicas, na busca de um conjunto de estratégias para melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem na educação pública, a partir de uma noção gerencialista de qualidade. A rede sustenta a ideia da participação da sociedade (conceito limitado a esse tipo de organização social) rumo à construção de uma educação pública de qualidade. Por isso, estão presentes em um número abrangente de políticas caracterizadas como Governança.

A participação na discussão sobre a BNCC é um desses esforços para a busca da qualidade da educação, que envolve setores do governo e a participação dessa parte da sociedade civil, por meio de instituições e fundações. A proposta da BNCC para elaborar modelos e descrições curriculares é discutir currículo, o que envolve relações de poder. Currículo é um campo de disputa que não se restringe às áreas disciplinares, a conteúdos e ao ensino, não se restringe ao desenvolvimento de competências e habilidades e aos direitos de aprendizagem, mas, sobretudo é a busca um projeto de sociedade. A agenda educacional da BNCC envolve uma agenda de influência neoliberal e neoconservadora.

Este texto não busca uma descrição detalhada de todos os atores da rede do Grafo II. Alguns atores apresentam uma pauta mais conversadora e outros uma pauta mais liberal, com convergências. O que se quer destacar são as proximidades desse bloco de poder com uma aliança neoconservadora e neoliberal, com influência na política de currículo nacional.

Apple (2011) discute a noção de conhecimento oficial e a proposição de um currículo nacional no contexto estadunidense. Para ele, o currículo é resultado de alguns conhecimentos que por meio de disputas se tornaram legitimados, resultado de uma tradição seletiva. Argumenta que o currículo nacional está articulado a uma restauração conservadora, que articula ao mesmo tempo as pautas do conservadorismo e do mercado. Destaca pautas presentes nas políticas educacionais: (i) programas de opções escolares, como os *vouchers* para a educação; (ii) sistemas de avaliação para elevar os níveis de desempenho para controle do ensino; (iii) condenação constante dos currículos escolares, com resgate do patriotismo, dos valores familiares e do conhecimento tradicional; e (iv) prioridade das necessidades das empresas na formação dos futuros trabalhadores pelas instituições escolares (APPLE, 2011).

Algumas dessas pautas estão no contexto brasileiro, tais como a defesa da BNCC, como forma das escolas melhorarem a qualidade da educação. Estão articuladas às propostas e políticas desenvolvidas pelos atores que compõem o Movimento pela Base Nacional Comum (Grafo II), entre eles os grupos educacionais privados como a Fundação Leman, CENPEC Educação e Cultura (CENPEC), Comunidade Educativa (CEDAC), Conviva Educação, Instituto Ayrton Senna, Instituto Natura, Revista Nova Escola e Porvir.

Com o mapeamento do Grafo II, pode-se perceber que é uma rede de influências, organizada por grupos interessados na centralização, homogeneização e padronização da educação, dado seus interesses, dentre outros instrumentos, nos sistemas apostilados, nas plataformas digitais, na disponibilização de materiais didáticos e na formação docente. Tais instrumentos consolidam discursos de competência e eficiência para a educação, com efeitos de autorregulação e de performatividade na gestão escolar, no trabalho docente e no currículo (BALL; 2004; 20015; HYPOLITO; VIEIRA; e LEITE, 2012).

Conforme o documento da BNCC, a proposta de um currículo nacional visa a melhoria da educação no Brasil, dado o baixo desempenho dos estudantes nas avaliações externas nacionais e internacionais. Esse empreendimento de caráter normativo pretende definir um conjunto de aprendizagens “essenciais” para o ensino de *todos* os estudantes em *todas* as etapas e modalidades da educação, como suposta garantia dos direitos à aprendizagem; visa ainda orientar a formação docente, a elaboração de recursos didáticos e pedagógicos; e, supostamente, melhorar os resultados nas avaliações externas, conforme os documentos oficiais. Isso implica uma revisão e (re)elaboração dos currículos dos sistemas e redes de ensino de todas escolas públicas e privadas, da Educação Infantil ao Ensino Médio, para supostamente assegurar os princípios para uma formação integral em uma sociedade democrática, justa e inclusiva.

A proposta da BNCC articula interesses neoliberais e neoconservadores, com implicações para o mercado, para o controle sobre conteúdos e para o trabalho docente. A inquietação deste texto está em compreender como esse processo de padronização e uniformização, típico de uma proposta de base curricular, é parte da articulação de interesses de uma rede de governança. Parte-se do pressuposto de que essa base visa determinar, por meio de mercadorias, como o trabalho docente deve ser e o que deve ensinar e como ensinar, instituir uma cultura de controle, tanto nas metodologias, nos planejamentos, quanto no trabalho docente a partir da definição de um currículo para a Educação Básica. Os objetivos neoliberais e neoconservadores confluem para um mesmo fim – parcerias público-privadas e venda de matérias com definições morais do que deve ser ensinado.

Considerações

Objetivou-se apresentar uma rede de atores que compõem o movimento ESP e uma rede de atores que compõem o MBNC, por meio da análise de algumas de suas demandas liberais e conservadoras para a educação. As redes de políticas do ESP e do MBNC demonstram como pode ocorrer a interferência na condução de políticas e reformas educacionais, de controle e regulação do currículo.

As propostas articuladas pelos dois movimentos, por vezes antagônicas, são convergentes pela centralização e homogeneização do currículo escolar, como mecanismo de controle das práticas pedagógicas e curriculares. Conforme Apple (1989), estes mecanismos de controle em relação à educação, têm profunda relação com a desconfiança que se tem do trabalho docente e com o que é e como é ensinado em sala de aula. Esta desconfiança está presente em vários argumentos de grupos neoliberais, neoconservadores e populistas-autoritários.

Todavia, a modernização conservadora é cheia de contradições. Por exemplo, nos primeiros cem dias do governo Bolsonaro, o MEC ainda não conseguiu definir sua agenda: os interesses neoliberais – parcerias-público privadas e outras – foram um pouco alijados pela centralidade de interesses ultraconservadores; a própria BNCC está sem consenso; há embates entre neoconservadores, grupos religiosos, militares, dentre outros interesses. Vários ainda não foram ocupados e mais de uma dúzia já foram alterados. No centésimo dia foi empossado um novo ministro que pretende unificar todos esses interesses, mas tudo indica que sua agenda é permeada por interesses ultraliberais, religiosos e neoconservadores. Portanto, a agenda evidencia muitos conflitos de interesses ideológicos entre os conservadores.

Com as atuais configurações das políticas educacionais, parece importante a realização de estudos sobre essas novas redes de influência, examinando quem são seus atores, de que lugar falam e quais pautas defendem para a educação. Conhecer estas redes e seus atores é importante para se pensar e articular resistências contra discursos conservadores que atacam o professorado, que poderá melhor se posicionar e atuar para enfrentar o neoconservadorismo e o neoliberalismo e suas políticas de controle e regulação das práticas pedagógicas e curriculares.

Referências

- AFONSO, Almerindo J.. **Políticas Educativas e Avaliação Educacional**: a uma análise sociológica da reforma educativa em Portugal (1985-1995). Portugal: IEP/CEEP/Universidade do Minho, 1998.
- AMARAL, Marina. A Nova Roupagem da Direita. Disponível em: <https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/> - Acesso em: 23 de janeiro de 2019.
- APPLE, M.W. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional. In: MOREIRA, A. e TADEU, T. (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. 12. ed. São Paulo. Editora Cortez, 2011, p. 71-106.
- APPLE, M.W. **Educando à Direita**: mercados, padrões, Deus e desigualdade. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.
- APPLE, M W. Fazendo o trabalho de Deus: ensino domiciliar e trabalho de gênero. In: APPLE, M. W.; BALL, S. J.; GANDIN, Luís A. **Sociologia da Educação**: análise internacional. Tradução de Cristina Monteiro. Porto Alegre: Penso, 2013. P. 166-176.
- APPLE, M.W. **Política Cultural e Educação**. Tradução de José do Amaral Ferreira. São Paulo: Cortez, 2000.
- AVILA, Róber I. Por que os veículos de comunicação têm viés editorial de direita? Disponível em: <http://brasildebate.com.br/por-que-os-veiculos-de-comunicacao-tem--vies-editorial-de-direita/#sthash.08FZhFsy.dpuf> - Acesso em: 10 de janeiro de 2018
- BALL, S. J. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. **Currículo sem Fronteira**, v.1, n.2, p.99-116, jul/dez. 2001.

- BALL, S. J. Performatividade, privatização e o pós Estado. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 25, n. 89, p.1105-1126, set/dez, 2004.
- BALL, S. J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**. v. 35, n. 126, p.539-564, set./dez. 2005.
- BALL, S.J.; JUNEMANN, C. **Networks, new governance and education**. Bristol: The Policy Press, 2012.
- BALL, S.J. Novos Estados, nova governança e nova política educacional. In: APPLE, Michael W.; BALL Stephen; GANDIN, Luís Armando. **Sociologia da Educação: análise internacional**. Porto Alegre: Penso, 2013.
- BALL, S. J. **Educação Global S. A.:** novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.
- BASE NACIONAL COMUM. Movimento pela Base Nacional Comum. Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/>. Acessado em agosto de 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – Educação é a Base. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/BNCC_19dez2018_site.pdf. Acesso em: 22. jan. 2019.
- CLARKE, John; NEWMAN, Janet. **The Managerial State: power, politics and ideology in the remaking of Social Welfare**. London: Sage Publications, 1997.
- DALE, Roger. A sociologia da educação e o estado após a globalização. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1099-1120, out./dez. 2010.
- HYPOLITO, Álvaro M.; VIEIRA, Jarbas S.; LEITE, Maria C. L. Currículo, Gestão e Trabalho Docente. **Revista e-Curriculum** (PUCSP), v. 8, p. 1-16, 2012.
- MACEDO, Elizabeth. As Demandas Conservadoras do Movimento Escola Sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 507-524, abr./jun. 2017.
- MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. **Revista e-Curriculum**. São Paulo, v.12, n.3, out./dez.2014, p.1530-1550.
- MIGUEL, Luis F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.
- MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 725-747, set./dez. 2017.
- PERONI, Vera; CAETANO, Maria R.; LIMA, Paula. Reformas educacionais de hoje: as implicações para a democracia. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 415-432, jul./dez. 2017.
- SECCHI, Leonardo. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. RAP - **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro 43(2): 347-69, Mar./Abr. 2009.

[1] “O termo pode ser entendido como um grupo de pessoas e de instituições que desenvolvem e propõem soluções de problemas nas áreas social, tecnológica, de política estratégica, etc.” (BALL, 2014, p.35).

[2] Por exemplo, o caso do pacote de reformas orientado pela OCDE e o relatório Aprendizagem para Todos – Investir nos Conhecimentos e Competências das Pessoas para Promover o Desenvolvimento, estratégia do Banco Mundial na área de Educação para 2011-2020.

[3] O atual governo já nos primeiros meses anunciou a institucionalização do *Home Schooling* no Brasil, via Medida Provisória. Escola sem Partido também representa a visão desses grupos.

[4] Termo cunhado pelo Vaticano e depois apropriado por conservadores para designar qualquer iniciativa de debate sobre aspectos de gênero ou sexualidade. Passou uma forma hostil e agressiva para interditar qualquer iniciativa em favor da diversidade.

[5] Acesso disponível em: <https://gephi.org/>

[6] Disponível em: <https://www.institutomillennium.org.br/institucional/quem-somos/> Acesso em: 05 de fevereiro de 2019.

[7] Disponível em: <https://institutoborborema.com/> Acesso em 17 de março de 2019.

[8] Olavo de Carvalho também aparece na rede. Tem sido um dos grandes defensores do ESP.

[9] CNE retira gênero e orientação sexual da Base Curricular, para acatar alterações propostas pelo MEC sobre o tema, mas alterou abordagem da questão em ensino religioso <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/cne-retira-genero-orientacao-sexual-da-base-curricular-22179063>

[10] Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br>